

OE-2018: EM 3 ANOS DE GOVERNO PSD/CDS A CARGA FISCAL AUMENTOU 19,9% (6.509M€), ENQUANTO EM 3 ANOS DE GOVERNO PS AUMENTARÁ 10,1% (3.949M€)

Um dos ataques mais frequentes do PSD e CDS ao atual governo, com o objetivo de virar a opinião pública contra ele, é que a carga fiscal tem aumentado muito com o governo PS. Utilizando a mentira procuram fazer crer que a carga fiscal tem aumentado agora muito mais do que quando eles foram governo, para assim fazer esquecer o enorme aumento de impostos que realizaram. Por isso, é importante esclarecer esta questão com a qual procuram enganar a opinião pública, utilizando para isso a linguagem objetiva dos dados oficiais.

Para que os leitores possam tirar as suas próprias conclusões elaboramos um mapa que abrange o período 2012/2018 (*incluímos já as previsões do OE-2018*), que permite analisar a evolução da carga fiscal durante dois períodos de igual duração (3 anos): o primeiro, em que esteve em funções o governo PSD/CDS (2012/2015) e, o segundo, em que estará em funções o governo PS apoiado pelos partidos da esquerda (2015/2018). Os dados, são oficiais, pois constam dos Relatórios dos Orçamentos de Estado destes anos apresentados pelos governos na Assembleia da República.

Quadro 1- Evolução da carga fiscal durante o governo PSD/CDS e o governo PS

IMPOSTOS	GOVERNO PSD/CDS				GOVERNO PS				AUMENTO %		% das Receitas Fiscais		
	2012 (E) Milhões euros	2013 (E) Milhões euros	2014 (E) Milhões euros	2015 (CGE) Milhões euros	2016 (OE) Milhões euros	2017 (Estimati va) Milhões euros	2018 (OE) Milhões euros	Governo PSD/CDS AUMENTO 2012-2015 em %	Governo PS AUMENTO 2015-2018 Em %	2012 % das Receitas Fiscais	2015 % das Receitas Fiscais	2018 % das Receitas Fiscais	
1-IRS	9.235	12.011	12.863	12.696	12.393	12.227	12.143	37,5%	-4,4%	28,3%	32,4%	28,2%	
2- IRC	4.387	4.481	4.512	5.248	5.193	5.741	5.585	19,6%	6,4%	13,4%	13,4%	13,0%	
3-Outros impostos	275	10	167	301,8	327,9	456	471	9,8%	56,0%	0,8%	0,8%	1,1%	
A-IMPOSTOS DIRETOS	13.897	16.502	17.542	18.246	17.913	18.423	18.199	31,3%	-0,3%	42,6%	46,6%	42,2%	
4- Imposto Sobre produtos petrolíferos	2.144	2.040	2.104	2.117	3.434	3.351	3.554	-1,3%	67,9%	6,6%	5,4%	8,2%	
5- IVA	13.017	12.938	13.849	14.844	15.312	15.841	16.548	14,0%	11,5%	39,9%	37,9%	38,4%	
6- Imposto sobre veículos	386	334	464	573,4	660,6	775	823	48,5%	43,6%	1,2%	1,5%	1,9%	
7- Imposto sobre o tabaco	1.350	1.306	1.399	1.213	1.514	1.413	1.443	-10,2%	19,0%	4,1%	3,1%	3,3%	
8- IABA-Imposto sobre bebidas alcoólicas	170	170	178	182,9	187,0	275	293	7,6%	60,0%	0,5%	0,5%	0,7%	
9- Imposto do selo	1.430	1.327	1.266	1.338	1.376	1.480	1.552	-6,4%	16,0%	4,4%	3,4%	3,6%	
10- Imposto único de circulação	199	243	265	573,4	311,2	356	395	188,1%	-31,0%	0,6%	1,5%	0,9%	
11 -Outros	36	43	52	49,9	245,2	260	281	38,7%	462,4%	0,1%	0,1%	0,7%	
B- IMPOSTOS INDIRETOS	18.732	18.401	19.577	20.892	23.041	23.751	24.889	11,5%	19,1%	57,4%	53,4%	57,8%	
RECEITAS FISCAIS TOTAIS	32.629	34.903	37.119	39.138	40.954	42.174	43.087	19,9%	10,1%	100,0%	100,0%	100,0%	
RECEITAS FISCAIS % DO PIB	19,4%	20,5%	21,4%	21,8%	22,1%	21,9%	21,6%						

FONTE: Relatórios OE - 2012-2018 - Ministério das Finanças

Normalmente a carga fiscal é medida calculando a percentagem que as Receitas fiscais representam em relação ao PIB. De acordo com a última linha do quadro, entre 2012 e 2015, ou seja, com o governo PSD/CDS, a carga fiscal aumentou de 19,4% do PIB para 21,8% do PIB. Em 2016, já com o governo PS, ela aumentou para 22,1% do PIB, mas em 2017 já diminuiu para 21,9% e, em 2018, prevê-se que diminua novamente para 21,6%, portanto uma percentagem inferior à de 2015. Por outro lado, entre 2012 e 2015, as receitas fiscais totais aumentaram 19,9% (6.509 milhões€), enquanto, entre 2015 e 2018, aumentarão 10,1% (3.949 milhões€), portanto menos do que com o governo PSD/CDS.

E se analisarmos a evolução das receitas de IRS, um imposto pago fundamentalmente por trabalhadores e pensionistas (*tenha presente que mais de 90% do rendimento declarado para efeitos de IRS são rendimentos do trabalho e pensões*) conclui-se que, entre 2012 e 2015, com o PSD/CDS, elas aumentaram 3.463 milhões €, enquanto que, entre 2015 e 2018, com o governo PS com o apoio dos partidos de esquerda, a receita de IRS diminuirá 553 milhões €. A crítica que se poderá fazer à política fiscal do governo do PS não é que esteja a aumentar a carga fiscal como afirma a direita, mas sim que o desagravamento fiscal do IRS esteja a ser compensado com o aumento dos impostos indiretos (+19,1% entre 2015 e 2016), que são injustos porque não atendem ao rendimento do contribuinte, quando devia ser feito com impostos sobre as grandes fortunas (*a desigualdade de rendimentos tem-se agravado fortemente em Portugal*) e sobre centenas de milhões de euros de dividendos transferidos todos os anos para o estrangeiro sem pagar impostos, no lugar de serem investidos em Portugal para criar emprego e riqueza.

A NOVA TABELA DE IRS QUE VIGORARÁ EM 2018 QUE É MELHOR DO QUE A DE 2017

Os media, o governo e apoiantes têm falado muito da nova tabela de IRS. Interessa analisá-la. .

Quadro 2 – A Tabela de IRS de 2011, de 2017 e de 2018

ESCALÕES DE RENDIMENTO TRIBUTÁVEL ANUAL (rendimento bruto deduzida a dedução específica de 4.104€ no caso de rendimento do trabalho e pensões)	TAXAS EM VIGOR EM 2011		ESCALÕES DE RENDIMENTO TRIBUTÁVEL ANUAL (rendimento bruto do contribuinte após ter sido deduzida a dedução específica de 4.104€ apenas no caso de rendimento do trabalho e pensões)	TAXAS EM VIGOR 2017		TAXAS A VIGORAR EM 2018		VARIÇÃO TAXAS 2017/18 - pontos percentuais	
	Taxa Marginal	Taxa Média		Taxa Marginal	Taxa Média	Taxa Marginal	Taxa Média	Taxa Marginal	Taxa Média
Até 4793€	11,080%	11,080%	Menos de 7.091€	14,500%	14,500%	14,500%	14,500%	0,000	0,000
De mais de 4.793€ a 7250€	13,580%	11,927%	De 7.091€ a 10.700€	28,500%	23,600%	23,000%	17,367%	-0,055	-0,062
De mais de 7250€ a 17.979€	24,080%	19,179%	De 10.700€ a 20.261€	28,500%	23,600%	28,500%	22,621%	0,000	-0,010
De mais de 17.979€ a 41.349€	34,880%	28,053%	De 20.261€ a 25.000€	37,000%	30,300%	35,000%	24,967%	-0,020	-0,053
De mais de 41.349€ a 59.926€	37,380%	30,944%	De 25.000€ a 36.856€	37,000%	30,300%	37,000%	28,838%	0,000	-0,015
De mais de 59.926€ a 64.623€	40,880%	31,667%	De 36.856€ a 40.522€	37,000%	30,300%	45,000%	37,613%	0,080	0,073
De mais de 64.623€ até 150.000€	42,880%	38,049%	De 40.522€ a 80.640€	45,000%	37,613%	45,000%	37,613%	0,000	0,000
Superior a 150.000€	45,880%		Superior a 80.640€	48,000%		48,000%		0,000	0,000

Para lembrar o aumento enorme do IRS feito pelo governo PSD/CDS, que agora tentam esconder, incluiu-se no quadro 2 a tabela de IRS de 2011, ou seja, a que vigorava antes desse aumento. E reorganizou-se as tabelas de 2017 e 2018 para facilitar a comparação. Como rapidamente se conclui a tabela de IRS de 2011 era muito mais favorável para os rendimentos mais baixos do que a tabela de IRS de 2017 (*que é a do governo PSD/CDS, que vigorou até 2017 com pequenos ajustamentos nos escalões*), como é também mais favorável do que a tabela que vigorará em 2018. Mas apesar disso, a Tabela de IRS de 2018 é mais favorável para vários escalões de rendimentos do que a herdada do governo PSD/CDS, ou seja, do que a de 2017. Se se comparar a Tabela de IRS de 2017 com a que vigorará em 2018 (quadro 2), conclui-se que para o escalão mais baixo (*rendimento tributável até 7.091€*), que sofreu um aumento enorme durante o governo PSD/CDS (*em 2012, a taxa de IRS passou de 11,08% para 14,5% e, para uma parcela de rendimento, de 13,58% para 28,5%*), a taxa mantém-se inalterável (14,5% que é a do PSD/CDS), o que não deixa de ser incompreensível. Nos outros escalões até 36.856€ de rendimento tributável verifica-se uma redução na taxa marginal embora de uma forma contraditória (*por ex., no escalão de 7.091€ a 10.700€ diminuiu de 28,5% para 23%, mas já para valores superiores a 10.700€ até 20.261€ mantém-se a taxa marginal de 28,5%*). No entanto, para rendimentos tributáveis entre 36.856€ e 40.522€ a taxa marginal aumenta de 37% para 45%.

Em relações às taxas médias, excetuando o escalão mais baixo (*rendimento tributável até 7.091€ cuja taxa média muito elevada – 14,5% - se mantém inalterável*), em relação aos outros escalões até ao rendimento tributável de 36.856€ as taxas diminuem. Para rendimentos tributáveis anuais superiores a 36.856€ a taxa aumenta (30,3%=> 37,61%) ou fica inalterável.

NOTA AUXILIAR: *Tenha-se presente que para o calcular o IRS de um contribuinte, não de um casal, é necessário, em primeiro lugar, deduzir ao rendimento bruto anual do trabalhador ou pensionista a chamada dedução específica que é apenas 4.104€, que se mantém inalterável desde o governo de Sócrates. E depois ao rendimento assim obtido é que se aplicam as taxas da tabela de IRS. E para isso divide-se esse rendimento em duas parcelas. À primeira parcela aplica-se a Taxa média do escalão anterior, à segunda aplica-se a taxa marginal do escalão correspondente. Por exemplo, se um rendimento tributável é de 24.000€ por ano, ele cai no escalão entre os 20.261€ e 25.000€ da Tabela de IRS de 2018. Até ao limite superior do escalão anterior que é 20.261€ aplica-se a taxa média desse escalão que é 22,621%; ao excedente (24.000€ - 20.261€) aplica-se a Taxa marginal do escalão 20.261€ a 25.000€ que, em 2018, será 35%. E ao imposto assim calculado que é depois descontado as chamadas deduções na coleta.*

Um aspeto que interessa ainda referir porque tem sido muito badalado pelos media é o aumento do mínimo de existência de 8.500€, que é o valor em vigor em 2017, para um valor que se obtém multiplicados por 14 o valor do IAS (Indexante de Apoios Sociais) que, em 2018, o que deverá rondar 8.847,7€. Mas isto é para o casal pois se for para um contribuinte o mínimo de existência passa para metade, ou seja, 4.423,8€, o que dividido por 12 dá 368,65€/mês, portanto um valor inferior ao limiar da pobreza. Entre 2017 e 2018, deverá aumentar apenas 173€/ano (14€/mês), o que não é muito, não justificando a propaganda feita com ele. E segundo o artº 70º do Código do IRS, o mínimo de existência é valor que fica após se aplicar a taxa de IRS e que a aplicação do IRS não pode determinar um valor inferior a 4.423,8€ por contribuinte e 8.847€ por casal.

Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt, 1-12-2018